



Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5227
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 952 - 3º andar
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) individuais da JBS S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. As demonstrações contábeis das controladas diretas, Pilgrim’s Pride Corporation e Inalca JBS S.p.A., foram revisadas por outros auditores independentes. Nossa revisão com respeito ao saldo dos investimentos nessas controladas e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial em 31 de março de 2010, está embasada nos trabalhos daqueles auditores.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais (ITR); e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, durante o exercício de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações, que foram adotadas antecipadamente pela Companhia para a elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, também foram adotadas na elaboração das Informações Trimestrais individuais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010. As Informações Trimestrais referentes ao período anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

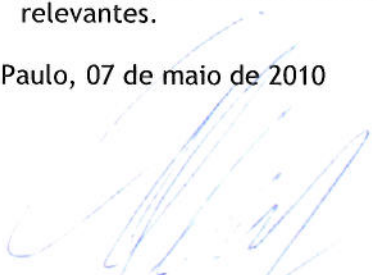


RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES


Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo – SP

5. As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009. A revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2009 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram conduzidos sob nossa responsabilidade e emitimos relatório, com data de 8 de maio de 2009, e parecer, com data de 1º de março de 2010, respectivamente, sem ressalvas, portanto, antes dos ajustes e reelaboração das informações contábeis mencionadas nas notas explicativas nº 4. Em conexão com nossa revisão, descrita no primeiro parágrafo, examinamos os ajustes descritos nas referidas notas e, em nossa avaliação, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 07 de maio de 2010



Orlando Octávio de Freitas Junior
Sócio-contador
CRC 1SP 178871/O-4
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5



Marcio Serpejante Peppe
Sócio-contador
CRC 1SP233011/O-8
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5



Demonstrações financeiras interinas
acompanhadas do Relatório de Revisão
Especial dos Auditores Independentes

ITR - Informações Trimestrais
31 de março de 2010



Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

	<u>31.03.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>1.01.09</u>		<u>31.03.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>1.01.09</u>
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	1.145.622	4.097.027	1.522.973	Fornecedores (Nota 15)	486.150	905.770	383.979
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.408.648	1.273.377	552.991	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	4.634.021	3.926.390	1.494.690
Estoques (Nota 9)	787.848	758.536	539.510	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais (Nota 19)	288.483	287.082	62.722
Impostos a recuperar (Nota 10)	882.746	841.306	447.343	Dividendos declarados (Nota 20)	61.477	122.953	51.127
Despesas antecipadas	17.734	13.233	1.754	Débito com terceiros para investimentos (Nota 22)	304.378	427.523	-
Outros ativos circulantes	397.210	296.882	166.275	Outros passivos circulantes	286.279	485.145	76.772
TOTAL DO CIRCULANTE	4.639.808	7.280.361	3.230.846	TOTAL DO CIRCULANTE	6.060.788	6.154.863	2.069.290
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo				Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	4.459.468	5.311.023	2.991.344
Créditos com empresas ligadas (Nota 11)	-	-	1.700.868	Debêntures conversíveis (Nota 18)	3.462.212	3.462.212	-
Depósitos, cauções e outros	50.165	70.640	16.378	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	372.569	375.061	83.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	30.688	30.357	22.626	Provisão para contingências (Nota 21)	125.430	210.088	48.244
Impostos a recuperar (Nota 10)	553.770	550.848	37.632	Débitos com empresas ligadas (Nota 11)	2.104.188	828.662	-
Total do Realizável a Longo Prazo	634.623	651.845	1.777.504	Débito com terceiros para investimentos (Nota 22)	156.494	162.976	210.480
				Outros passivos não circulantes	95.410	56.882	38.870
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	10.775.771	10.406.904	3.372.391
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 24)			
Investimentos em controladas (Nota 12)	10.578.758	7.234.791	4.652.319	Capital social	16.483.544	16.483.544	4.495.581
Outros investimentos	10	10	10	Reserva de capital	714.503	714.503	769.463
Imobilizado (Nota 13)	7.333.784	7.602.767	1.819.726	Reserva de reavaliação	110.922	112.352	118.178
Intangível (Nota 14)	11.290.030	11.299.624	959.230	Reservas de lucros	891.413	810.538	864.841
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	29.202.582	26.137.192	7.431.286	Ajustes de avaliação patrimonial	1.038	(914)	(2.920)
				Ajustes acumulados de conversão	(661.755)	(612.392)	752.812
TOTAL DO ATIVO	34.477.013	34.069.398	12.439.636	Lucros acumulados	100.789	-	-
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.640.454	17.507.631	6.997.955
				TOTAL DO PASSIVO	34.477.013	34.069.398	12.439.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
**Demonstração do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 25)	2.500.158	1.124.403
Custo dos produtos vendidos	(1.973.049)	(911.199)
LUCRO BRUTO	527.109	213.204
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(60.963)	(40.651)
Com vendas	(192.274)	(114.355)
Resultado financeiro líquido (Nota 26)	(358.996)	(407.606)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	189.269	16.015
Despesas extraordinárias	(8.640)	-
Outras (despesas) receitas	2.785	432
	(428.819)	(546.165)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	98.290	(332.961)
Imposto de renda e contribuição social do período	737	764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	332	9.513
	1.069	10.277
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	99.359	(322.684)
Lucro líquido (Básico) por lote de mil ações no final do exercício - em reais	42,76	(230,33)
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)		
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	98.290	(332.961)
Resultado financeiro líquido (Nota 26)	358.996	407.606
Depreciação e amortização	74.445	21.871
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	(189.269)	(16.015)
Despesas extraordinárias	8.640	-
VALOR EBITDA	351.102	80.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2010
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
		Ágio		Legal	Para expansão				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	16.483.544	714.503	112.352	7.768	23.225	(914)	(612.392)	-	16.728.086
Ajustes pela adoção inicial do IFRS (nota 2)	-	-	-	-	779.545	-	-	-	779.545
SALDOS AJUSTADOS EM 1 DE JANEIRO DE 2010	16.483.544	714.503	112.352	7.768	802.770	(914)	(612.392)	-	17.507.631
Ajuste de proposta de destinação de lucros do exercício anterior	-	-	-	-	61.476	-	-	-	61.476
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.430)	-	-	-	-	1.430	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	1.952	-	-	1.952
Ajustes de acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	38.581	-	38.581
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(87.944)	-	(87.944)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	99.359	99.359
Ajustes de IFRS no período	-	-	-	-	19.399	-	-	-	19.399
Participação de não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	16.483.544	714.503	110.922	7.768	883.645	1.038	(661.755)	100.789	17.640.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
**Demonstração do fluxo de caixa dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)**

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	99.359	(322.684)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
. Depreciação e amortização	74.445	21.871
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.685	751
. Resultado de equivalência patrimonial	(189.269)	(16.015)
. Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	13.018	498
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(332)	(9.513)
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	503.931	140.365
. Provisão para contingências	-	89
. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	-	310
	504.837	(184.328)
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em contas a receber	(161.101)	10.618
Redução (aumento) nos estoques	(29.312)	142.783
Aumento de impostos a recuperar	(40.995)	(12.132)
Redução (aumento) em outros ativos circ. e não circulantes	(199.026)	71.492
Aumento de créditos com empresas ligadas	-	(34.680)
Redução com fornecedores	(420.139)	(144.962)
Aumento (redução) em outros passivos circ. e não circulantes	(373.451)	50.784
Aumento de débitos com empresas ligadas	1.115.009	-
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-
Ajuste pela adoção inicial ao IFRS	(3.728)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	392.094	(100.425)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições no ativo imobilizado e intangível	(49.885)	(118.805)
Adições nos investimentos	(2.825.911)	(25.121)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.875.796)	(143.926)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos captados	1.428.781	981.113
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.896.484)	(919.796)
Aquisição de ações de emissão própria	-	(13.026)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(467.703)	48.291
Varição cambial sobre caixa e equivalentes	-	-
Varição líquida no período	(2.951.405)	(196.060)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.097.027	1.522.973
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.145.622	1.326.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. (Companhia) é uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com vinte e seis unidades industriais localizadas nos Estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná.

A Companhia distribui seus produtos por meio de centros de distribuição, que estão localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Curitiba e um terminal de contêineres para exportação na cidade de Santos.

Objetivando minimização de custos com transportes, a Companhia se utiliza de operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho, Estado de São Paulo e Nazário, Estado de Goiás, explora a atividade de engorda de bovinos para abate.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, São Paulo, explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

Incorporação da Bertin S.A. (Bertin)

Devido a incorporação do frigorífico Bertin, ocorrida em 29 de dezembro de 2009, houve uma sinergia e unificação das operações das duas companhias, em decorrência desse fato, o contexto operacional atual da Companhia incorporou as operações da Bertin a partir de 29 de dezembro de 2009.

A Bertin era constituída por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação – produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem. Tinha suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, energia, óleos, biodiesel, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

A Bertin possuía um total de quarenta e nove unidades, sendo quinze unidades de Curtume localizadas nos Estados de São Paulo, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais; quinze unidades Frigoríficas localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rondônia; seis unidades Comerciais localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul; quatro unidades de Cosméticos localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná; duas Transportadoras localizadas no Estado de São Paulo; três Beef Shoppings localizados no Estado de São Paulo; uma unidade de Subprodutos localizada no Estado de Minas Gerais; uma unidade de Charque localizada no Estado de São Paulo; uma unidade de Produtos animais "Pet" localizada no Estado de São Paulo e uma unidade de Reciclagem, localizada no Estado de São Paulo.

Em decorrência da incorporação da Bertin pela Companhia, todos os saldos patrimoniais individuais da Bertin foram incorporados pela Companhia em 29 de dezembro de 2009, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras interinas em 31 de dezembro de 2009.

b) Atividades no Exterior

A Companhia possui duas controladas indiretas na Inglaterra e Egito para maximizar as vendas e distribuição dos produtos na Europa, Ásia e África.

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na Província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

A controlada JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

A controlada indireta Jerky Snack Brands, Inc (Jerky Snack), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak, Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). Jerky Snack compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos da América, sendo o seu principal mercado consumidor os Estados Unidos da América.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, de aves e suína. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" de origem bovina e suína, com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA completou em outubro de 2008 a aquisição da unidade de carne bovina do Grupo Smithfield e também das suas operações de confinamento conhecidas como Five Rivers.

A Smithfield Beef, que foi renomeada para JBS Packerland, possui quatro plantas de abate de bovinos e uma unidade de confinamento de bovinos, e a Five Rivers, atualmente JBS Five Rivers, possui dez unidades de confinamento de bovinos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e onze confinamentos. Na Austrália opera com dez frigoríficos de bovinos e animais de pequeno porte e cinco confinamentos de bovinos, sendo que todos à base de alimentação com grãos, para suprir os seus frigoríficos.

A JBS USA divide a sua operação em dois grandes segmentos: Beef, operando o negócio de origem bovina; e Pork, operando o negócio de origem suína, ambos no mercado norte-americano.

A Companhia detém 50% do capital social da Inalca JBS S.p.A, (Inalca JBS), que é líder absoluta na Itália, sendo uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca JBS produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. A Inalca JBS opera através de uma estrutura composta de seis unidades na Itália, especializada por linha de produção e nove instalações internacionais localizadas na Europa e na África.

Sua subsidiária integral Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas "Montana" e "IBIS", a Montana apresenta uma estrutura industrial de quatro unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada e de produtos fatiados.

Aquisição da Pilgrim's Pride Corporation (PPC)

No dia 28 de dezembro de 2009 a Companhia concluiu a operação pela qual a sua subsidiária JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% do capital social total e votante da PPC, sediada em Pittsburgh, Texas, Estados Unidos da América, por 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro.

A PPC é uma empresa localizada em Delaware, nos Estados Unidos da América, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países, os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras interinas

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras interinas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2010.

As demonstrações financeiras interinas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008, de acordo com a Lei nº 11.638/07 promulgada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 (atual Lei 11.941/09) de 3 de dezembro de 2008, e os efeitos de sua adoção inicial foram consideradas pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras interinas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 21 - Demonstrações Intermediárias. Para a elaboração das demonstrações financeiras interinas referentes ao período de 31 de março de 2010, foram adotados todos os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações a elas aplicáveis, emitidos pelo CPC aplicando-os de forma retroativa às demonstrações financeiras interinas referentes ao trimestre comparativo de 31 de março de 2009 para fins de comparabilidade. Adicionalmente, esses Pronunciamentos, Interpretações e Orientações foram aplicados consistentemente às demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2008 para atendimento ao item 21 do CPC 37.

Os efeitos relativos a adoção integral de todos os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações a elas aplicáveis, emitidos pelo CPC estão apresentados na nota 4.

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras interinas a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações financeiras interinas em 31 de março de 2010 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação societária Brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras interinas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período e exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. É reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidos para o cliente. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras interinas requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas registram seus derivativos de acordo com o CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e OCP 03 Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do período.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

e) Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não supera os valores de mercado ou de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada. Essas reavaliações estão sendo realizadas, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada, às taxas anuais mencionadas na nota 13.

h) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade dos mesmos.

i) Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos .

j) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

k) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

m) Imposto de renda e contribuição social**Impostos correntes**

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são constituídos sobre as reservas de reavaliação e diferenças temporárias. O imposto de renda diferido ativo é constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

n) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado para o Grupo, de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras interinas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

Durante o exercício de 2009, devido à crise financeira mundial de liquidez, a Companhia adotou alguns procedimentos com a finalidade de minimizar o risco de inadimplência e reforçar sua estrutura de caixa. Sendo assim, efetuou revisão de suas políticas de crédito, adotou redução dos prazos de recebimento de seus clientes, melhor gerenciamento dos prazos de pagamento a fornecedores, maior gerenciamento das aplicações de recursos, e em algumas situações adotou a política de solicitar adiantamento a seus clientes.

Os saldos de clientes, fornecedores e impostos na controladora sofreram um aumento por conta das recentes incorporações e aquisições divulgadas ao mercado naquela época, e juntamente com a redução do ciclo financeiro tornou o atual ajuste a valor presente não relevantes em relação aos saldos que os originaram.

Os prazos de recebimentos e pagamentos das empresas do exterior são operacionalmente menores do que os praticados no mercado local, assim como as taxas de desconto utilizadas nas premissas de cálculo do ajuste a valor presente.

Com base no exposto, a Companhia revisou os cálculos de ajuste a valor presente de seus ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo, quando relevantes, para data base de 31 de março de 2010 e concluiu que o custo de produzir essa informação, supera o benefício gerado pelo mesmo devido a sua imaterialidade. Sendo assim, a administração da Companhia, amparada pelos preceitos do CPC 12, julgou ser adequada a reversão dos saldos de Ajuste a Valor Presente – AVP constituídos até 31 de dezembro de 2009, no entendimento de que essa decisão não acarreta nenhum prejuízo na qualidade e confiabilidade das informações prestadas nas demonstrações contábeis. De acordo com o exposto no CPC 12, a Companhia irá efetuar análises periodicamente e, caso seja verificada a necessidade de registro do Ajuste a Valor Presente, para melhoria das informações prestadas nas demonstrações contábeis, a sua adoção ocorrerá de imediato.

p) Conversão de moedas estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras interinas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

q) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras interinas, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras interinas é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

r) Demonstração do resultado abrangente

Demonstração do resultado abrangente é composto da receita líquida, conversão de moeda estrangeira, os ajustes dos instrumentos financeiros derivativos (líquido de impostos), o ganho não realizado (perda) sobre as pensões, ganhos não realizados (perdas) em títulos de investimento líquido dos efeitos tributários relacionados, conforme nota 27.

s) Combinação de negócios

As demonstrações financeiras interinas apresentadas em conformidade com o CPC 15, contemplam os resultados das combinações de negócio utilizando o método de compra. No balanço consolidado, os ativos identificáveis das adquiridas, seus passivos e eventuais contingências são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de aquisição. Os resultados das operações adquiridas estão incluídos na demonstração de resultado consolidado na data em que o controle é obtido. Quando subsidiárias são adquiridas em etapas, o valor dos ativos, passivos e contingências são considerados na data das aquisições.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

4 Alteração das práticas contábeis brasileiras

Devido ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil instituído com o advento da Lei nº 11.638/07, nos exercícios de 2008 e 2009 foram emitidos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações técnicas em consonância com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS.

Em conexão com esse processo de convergência para as práticas contábeis internacionais - IFRS, na data de transição de 1 de janeiro de 2009, os patrimônios líquidos em 31 de março de 2010 e 2009, assim como os resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, foram reconciliados para atendimento as novas práticas contábeis brasileiras, não tendo sido identificadas diferenças significativas entre as práticas contábeis atuais e as práticas contábeis utilizadas anteriormente.

Considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais e buscando maior transparência e confiabilidade em suas informações financeiras, usando as prerrogativas constantes da Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, e com base na Deliberação CVM nº 609 de 22 de dezembro de 2009 que trata da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Administração da Companhia decidiu por apresentar, a partir desta data base, as demonstrações financeiras interinas da Companhia de acordo com os CPC's.

(a) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 15 – Combinação de negócios: A adoção deste Pronunciamento impactará substancialmente as metodologias de reconhecimento, mensuração e apresentação de uma combinação de negócios, com enfoque principal para alocação do ágio às contas do balanço determinantes da mais valia gerada e reconhecimento dos ativos e passivos provenientes de uma negociação, pelo seu valor justo. Os principais impactos dessa norma nas demonstrações contábeis da Companhia estão representados pela incorporação da empresa Bertin, conforme apresentado na Nota 6.

CPC 20 - Custos dos empréstimos: O Pronunciamento requer que a Companhia capitalize os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos seus ativos qualificáveis (bens que levam um período de tempo significativo para serem concluídos para o uso ou para venda, e estão apresentados na conta de obras em andamento) como parte do custo desse ativo. Os custos dos empréstimos da Companhia e de suas controladas relacionadas aos ativos qualificáveis são compostos por despesas com juros e variações cambiais que não serão alocados integralmente no resultado, pois farão parte da composição do custo destes ativos.

As explicações das diferenças de práticas contábeis identificadas na Companhia estão contidas nas respectivas notas explicativas.

		1 de janeiro de 2009	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP	Ref	6.134.411	25.939
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	(f)	14.893	14.893
Ajustes impactados em investimentos em controladas:			
Ajustes da diferença no método de apuração dos custos	(a)	151.917	(14.610)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	(b)	906.737	64.964
Reflexos no resultado do exercício	(c)	(78.708)	-
Imposto de renda diferido	(e)	(58.110)	2.758
Outros ajustes		(73.185)	8.655
Total dos ajustes de divergências de práticas		863.544	76.660
Saldos Contábeis em BRGAAP (CPC)		6.997.955	102.599
		31 de dezembro de 2009	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP	Ref	16.728.086	129.424
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	(f)	37.036	22.143
Ajustes impactados em investimentos em controladas:			
Ajustes da diferença no método de apuração dos custos	(a)	110.244	53.061
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	(b)	675.572	77.784
Reflexos no resultado do exercício	(c)	(68.640)	-
Ganho em compra vantajosa da PPC	(d)	185.189	-
Imposto de renda diferido	(e)	(62.964)	(55.359)
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	(g)	(6.342)	(6.342)
Reflexo de resultado anteriores		(88.808)	-
Outros		(1.741)	-
Total dos ajustes de divergências de práticas		779.545	91.287
Saldos Contábeis em BRGAAP (CPC)		17.507.631	220.711

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

		31 de março de 2010	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP	Ref	17.601.452	95.631
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	(f)	40.764	3.728
Outros ajustes		(1.762)	-
Total dos ajustes de divergências de práticas		39.002	3.728
Saldos Contábeis em BRGAAP (CPC)		17.640.454	99.359

(a) - Diferença de metodologia de avaliação de estoque de produtos acabados que em USGAAP estavam avaliados a mercado, entretanto, de acordo com o CPC 16, a valorização de produtos acabados deve ser pelo método de custo (custo ou mercado, dos dois o menor).

(b) - Ajustes devido ao CPC 15 – Combinação de negócios, o qual determina, dentre outras, a aplicação do método de compra com base no valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

(c) - Relação com os ajustes identificados com impacto no resultado do exercício, conforme já relacionados nas notas anteriores.

(d) - Refere-se à diferença de práticas relacionadas na letra (b), onde houve ganho de barganha devido ao preço negociado de aquisição, visto que a PPC estava em recuperação judicial, levando a um valor de negociação menor do que o valor de mercado.

(e) - Refere-se ao impacto de imposto de renda diferido relativo às diferenças de práticas identificadas.

(f) - De acordo com o CPC 20 os custos dos empréstimos relacionados aos financiamentos para construção de ativos qualificáveis devem ser agregados ao custo do ativo.

(g) - De acordo com o CPC 29 os ativos biológicos com mercado ativo devem ser valorizados a mercado, quando possuem mercado ativo.

5 Incorporação da Bertin S.A. (Bertin)

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia incorporou a Bertin, conforme comunicados feitos ao mercado àquela época.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA - Pró - forma

Devido a incorporação da Bertin pela Companhia em data próxima ao encerramento do exercício de 2009, o resultado em 31 de março de 2010 sofreu significativo acréscimo, que dificulta a comparabilidade com as demonstrações financeiras interinas do período anterior. Com objetivo de prover melhores condições de análise dessas demonstrações financeiras interinas, com relação à comparabilidade das mesmas, estão sendo apresentados a seguir, o resultado (pró-forma) da controladora em 31 de março 2009, incluindo a referida incorporação com objetivo exclusivo de demonstrar o resultado combinado dessas empresas no primeiro trimestre de 2009 com o resultado auferido pela Companhia no trimestre corrente:

	31.03.10	31.03.09 "Pró-forma"	
	JBS S.A.	JBS S.A. (Controladora)	Bertin S.A. (Controladora)
Receita operacional líquida	2.500.158	1.124.403	1.431.016
Custo dos produtos vendidos	(1.973.049)	(911.199)	(1.117.503)
LUCRO BRUTO	527.109	213.204	313.513
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(253.237)	(155.006)	(173.382)
Resultado financeiro líquido	(358.996)	(407.606)	(69.251)
Demais (despesas) receitas	(5.855)	432	2.549
Imposto de renda e contribuição social	1.069	10.277	(13.244)
Resultado de equivalência patrimonial	189.269	16.015	(9.305)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	99.359	(322.684)	50.880

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Demonstração da apuração do indicador EBITDA (Resultado antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)

Resultado antes da provisão para IR/CS	98.290	(332.961)	64.124	(268.837)
Resultado financeiro líquido	358.996	407.606	69.251	476.857
Depreciação e amortização	74.445	21.871	(42.407)	(20.536)
Resultado de equivalência patrimonial	(189.269)	(16.015)	9.305	(6.710)
Despesas extraordinárias	8.640	-	-	-
VALOR EBITDA	351.102	80.501	100.273	180.774

BALANÇO PATRIMONIAL NA DATA DE APRESENTAÇÃO INICIAL (Transição) - Pró - forma

Os saldos de ativo e passivo, para fins de adoção às exigências da Legislação Societária de contabilidade, devem ser comparativos com o período anterior, e adicionalmente, com o saldo de abertura, sendo este 1 de janeiro de 2009. Devido a incorporação da Bertin pela Companhia ter ocorrido em data próxima ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não consta no saldo de abertura esse representativo investimento. Dessa forma, com objetivo de prover aos usuários das demonstrações financeiras interinas uma comparabilidade entre os saldos, demonstramos abaixo um balanço pró-forma de como seria o saldo de abertura, na data de transição de 1 de janeiro de 2009, incluindo a incorporação da Bertin pela Companhia:

	1 de janeiro de 2009		
	JBS S.A. (Controladora)	"Pró-forma" Bertin S.A. (Controladora)	JBS S.A. com Bertin
ATIVO			
Disponibilidades e aplicações financeiras	1.522.973	2.289.107	3.812.080
Contas a receber de clientes	552.991	571.938	1.124.929
Estoques	539.510	824.651	1.364.161
Imposto a recuperar	484.975	811.221	1.296.196
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.907.911	322.136	2.230.047
Investimentos em controladas	4.652.319	280.964	4.933.283
Imobilizado	1.819.726	3.707.579	5.527.305
Intangível e diferido	959.230	845.822	1.805.052
TOTAL DO ATIVO	12.439.636	9.653.418	22.093.054
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fornecedores	383.979	522.198	906.177
Empréstimos e financiamentos	4.486.034	5.054.789	9.540.823
Outros passivos circulantes e não circulantes	571.668	904.334	1.476.002
Patrimônio líquido	6.997.955	3.172.097	10.170.052
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.439.636	9.653.418	22.093.054

6 Combinações de negócios
Incorporação Bertin

Em 16 de setembro de 2009, a J&F e a ZMF, até então acionistas da Companhia e os acionistas controladores do Bertin, concordaram em iniciar um processo de associação das empresas, sendo o Bertin uma empresa brasileira que era uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina. De acordo com os termos do contrato de associação: (1) os acionistas controladores da Companhia concordaram em contribuir as ações da Companhia por eles detidas, direta ou indiretamente, representativas de 51,4% da Companhia, em troca de ações a serem emitidas por uma holding recém-constituída, denominada FB Participações ; e (2) os acionistas controladores do Bertin concordaram em contribuir a totalidade de suas ações representativas de 73,1% do Bertin em troca de ações que serão emitidas pela FB Participações.

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, para aumento de capital da FB Participações, atual acionista da Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Em 28 de dezembro de 2009 referido processo de associação foi concluído com o Bertin através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão do Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação do Bertin pela Companhia. Os acionistas controladores do Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB Participações, no valor total de R\$ 4.949.046, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB Participações.

Com relação aos ganhos esperados com a incorporação do Bertin, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com a redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administração, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

O valor do negócio, que ocasionou a incorporação do Bertin pela Companhia, foi realizado pelo montante de R\$ 11.987.963, correspondente a incorporação de 100% do patrimônio líquido da incorporada. O valor pago está fundamentado pelo valor econômico do Bertin na data da operação, e o ágio total (excesso) gerado foi de R\$ 9.460.609, como segue na tabela abaixo:

Resumo da operação de alocação do ágio	
Valor investido na Bertin	11.987.963
Patrimônio Líquido da Bertin em 31/12/2009	2.527.354
Ágio gerado na operação	9.460.609

Para fins de alocação do ágio, nos termos da CPC 15, foram apuradas mais valias referentes aos grupos de imobilizado e intangível (basicamente marcas e patentes). Os passivos fiscais diferidos e demais ajustes nos ativos (como despesas antecipadas) não são aplicáveis, conforme CPC 15 e CPC 32. Com relação às marcas e patentes foram considerados as avaliações da divisão de Lácteos (Vigor e Leco), e também do segmento de processados da divisão carnes (Bertin). O cálculo do ágio residual por rentabilidade futura (goodwill), após a alocação das mais valias geradas às determinantes contas do ativo que as originaram, encontra-se apresentado abaixo:

Alocação do ágio - R\$ mil	
Ágio gerado na operação	9.460.609
(-) Valor justo do imobilizado	(146.152)
(-) Valor justo de marcas e patentes	(267.959)
(+) Reflexo do IR/CS das investidas	23.428
Ágio residual (Goodwill)	9.069.926

A parcela residual do ágio após as alocações supramencionadas foi registrada como "Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura", para fins contábeis, o qual não é amortizável, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade (teste de impairment) para atendimento ao CPC 01.

7 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentadas:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Disponibilidades	352.619	3.712.853	236.432
CDB - DI	622.777	367.757	1.147.326
Fundos de investimentos	170.226	16.417	139.215
	1.145.622	4.097.027	1.522.973

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os fundos de investimentos estão representados por aplicações em fundos multi mercados, abertos a público qualificado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

8 Contas a receber de clientes

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Duplicatas a vencer	893.848	770.116	505.910
Duplicatas vencidas:			
De 1 a 30 dias	246.430	316.443	35.802
De 31 a 60 dias	78.408	101.783	6.277
De 61 a 90 dias	65.523	51.675	6.589
Acima de 90 dias	254.466	156.962	7.875
Ajuste a valor presente	-	-	(1.191)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(130.027)	(123.602)	(8.271)
	514.800	503.261	47.081
	1.408.648	1.273.377	552.991

Conforme CPC 38, segue a movimentação da PCLD:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Saldo inicial	(123.602)	(8.271)	(3.848)
(+) Adições	(6.425)	(6.018)	(4.423)
(+) Incorporação	-	(109.313)	-
Saldo final	(130.027)	(123.602)	(8.271)

9 Estoques

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Produtos acabados	412.502	422.202	489.953
Produtos em processo	124.804	80.507	674
Matéria-prima	158.020	154.809	1.978
Almoxarifado	92.522	101.018	46.905
	787.848	758.536	539.510

10 Impostos a recuperar

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
ICMS / IVA / VAT	923.578	896.294	379.678
IPÍ	55.834	55.544	51.657
PIS e COFINS	294.973	282.683	19.330
IRRF	93.551	84.844	25.556
Outros	68.580	72.789	9.936
Ajuste a valor presente	-	-	(1.182)
	1.436.516	1.392.154	484.975
Desmembramento:			
Ativo circulante	882.746	841.306	447.343
Ativo não circulante	553.770	550.848	37.632
	1.436.516	1.392.154	484.975

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

O mencionado saldo credor está em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem), o qual vem sendo contestado pelo Estado de São Paulo. Todavia, o procedimento adotado pela Companhia está amparado na legislação tributária vigente, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Com base em estudos realizados pela Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, os referidos créditos de ICMS foram segregados quanto à sua realização, de circulante para não circulante, no montante de R\$ 320.000 na controladora, realizados no período findo em 31 de março de 2010.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados na Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, amparadas na jurisprudência em decisões da Câmara Superior do Conselho de Contribuintes e por seus assessores jurídicos, que julgam ser "praticamente certo" o êxito nessas demandas judiciais, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R\$144.505. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$ 28.986 permanecendo um saldo remanescente, registrado no ativo não circulante, de R\$ 115.519.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.03.10			31.12.09		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contratos de mútuo	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contratos de mútuo
CONTROLADORA						
Subsidiárias diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	-	-	13.757	-	-	11.455
JBS Confinamento Ltda.	99	3.126	86.528	138	4.638	76.010
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	1.893	51.551	-	500	49.043
JBS USA, Inc	-	-	(801.947)	-	-	-
Inalca JBS S.p.A	697	4	-	3.479	4	-
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	-	-	(1.158.127)	-	-	(941.640)
Subsidiárias indiretas						
JBS Global Beef Company Lda.	48	-	(41.854)	48	-	(40.918)
JBS Global (UK) Limited	13.625	-	-	21.920	-	-
JBS Argentina S.A.	-	798	53.868	-	2.259	-
The Tupman Thurlow Co.	5.364	-	14.441	4.432	-	13.943
Global Beef Trading SU Lda.	1.534	238	-	521	-	-
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	20	8	76.883	7	-	74.373
Beef Snacks International BV	-	-	3.712	-	-	3.569
JBS HU Ltd	-	-	(94.749)	-	-	(90.108)
Marr Russia L.L.C	5.069	-	-	1.734	-	-
SARL Inalca Algeria	-	4	-	-	-	-
Austrália Meat	-	610	-	-	1.144	-
Subsidiárias da incorporada ⁽¹⁾						
Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor S.A.	2.858	2	(175.824)	3.029	281.257	-
Cia Leco de Prod. Alimentícios	343	-	2.621	2.152	-	-
Cascavel Couros Ltda	115.629	3.325	(195.498)	112.872	230.771	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	277	244	2.310	1.024	112	-
Biolins Energia Ltda.	3.445	789	35.610	34.382	22	-
Sampco Inc.	41.107	-	-	30.529	-	11.951
Frigorífico Canelones S.A.	-	259	-	-	533	-
Wonder Best Holding Company	15.284	-	-	10.857	-	-
Trump Asia Enterprise Ltd	6.888	-	-	6.422	-	-
Bertin Paraguay	-	-	3.740	-	-	3.660
Bertin USA Corporation	-	-	18.790	-	-	-
Outras empresas ligadas						
JBS Agropecuária Ltda.	15	-	-	137	2.446	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	2.302	379	-	5.297	238	-
	214.604	11.679	(2.104.188)	238.980	523.924	(828.662)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	1.01.09		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contratos de mútuo
CONTROLADORA			
Subsidiárias diretas			
Mouran Alimentos Ltda.	-	-	5.719
JBS Confinamento Ltda.	215	8	14.959
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	2.735	57.282
JBS Global A/S (Dinamarca)	-	-	(531)
JBS USA, Inc	-	-	1.580.340
Inalca JBS S.p.A	6.798	-	-
Subsidiárias indiretas			
JBS Global Beef Company Lda.	-	-	(54.920)
JBS Global (UK) Limited	24.625	-	-
JBS Argentina S.A.	-	677	-
The Tupman Thurlow Co.	34.258	715	18.488
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	5	-	72.135
Beef Snacks International BV	-	-	4.463
Marr Russia L.L.C	-	-	2.933
SARL Inalca Algerie	129	-	-
Frimo S.A.M.	-	4	-
Outras empresas ligadas			
JBS Agropecuária Ltda.	143	7.540	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	1.813	83	-
	67.986	11.762	1.700.868

	31.03.10			31.03.09		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Subsidiárias diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	503	-	-	382	-	-
JBS Confinamento Ltda.	2.343	12.673	259	766	471	106
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	2.070	10.029	-	2.795	9.148	-
JBS Global A/S (Dinamarca)	-	-	-	4	-	-
JBS USA, Inc	(497)	986	1.427	21.636	-	712
Inalca JBS S.p.A	-	-	6.879	-	-	7.804
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	(10.775)	-	-	-	-	-
Subsidiárias indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	-	13.951	-	-	16.414
JBS Argentina S.A	-	2.219	-	-	36.208	-
The Tupman Thurlow Co.	195	-	6.293	323	-	26.805
Global Beef Trading SU Lda.	-	448	7.589	-	-	13.363
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	2.230	8	-	2.704	-	149
Beef Snacks International	84	-	-	71	-	-
JBS HU Ltd	(2.640)	-	-	-	-	-
Marr Russia L.L.C	-	-	12.920	35	-	29.611
Swift & Company Trade Group	-	-	124	-	-	-
Subsidiárias da incorporada ⁽¹⁾						
Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor S.A.	-	13	-	-	-	-
Cascavel Couros Ltda	-	6.673	-	-	-	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	-	402	-	-	-	-
Biolins Energia Ltda.	-	4.141	-	-	-	-
Sampco Inc.	156	-	-	-	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	939	-	-	-	-
Bertin Paraguay	83	-	-	-	-	-
Outras empresas ligadas						
JBS Agropecuária Ltda.	-	457	137	-	6.317	57
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	179	9.710	-	685	20.220
	(6.248)	39.167	59.289	28.716	52.829	115.241

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

⁽¹⁾ - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidenciação aos usuários das informações, foram destacadas, tendo impacto apenas em ativos e passivos.

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US\$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A controladora J&F Participações S.A. é garantidora da operação de captação de Eurobonds da Companhia no montante de US\$ 275 milhões com vencimento em 2011.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de vendas mercantis, realizadas a preços e condições normais de mercado, quando existentes.

Nos contratos de mútuo incidem variação cambial e juros, quando aplicável.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, e exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e saldo inicial em 1 de janeiro de 2009 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, no trimestre findo em 31 de março de 2010, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e saldo inicial em 1 de janeiro de 2009 está demonstrado a seguir:

	Membros	31.03.10	31.12.09	1.01.2009
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	8	963	4.243	3.000
	8	963	4.243	3.000

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Jurídico e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

Com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

12 Investimentos em controladas
Informações relevantes sobre as controladas no período de 31 de março de 2010:

31 de março de 2010	Quantidade de ações (em milhares)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10.002	99,00%	2	34.370	(560)
JBS Global Investments S.A.	93.000	100,00%	165.633	91.547	24.290
JBS Holding Internacional S.A.	804.235	100,00%	804.235	363.190	(41.045)
JBS Global A/S (Dinamarca)	1.250	100,00%	433.589	441.948	4.607
Mouran Alimentos Ltda.	120	70,00%	120	(29.326)	(1.488)
JBS USA, Inc.	0,1	100,00%	5.248.456	6.737.480	97.187
JBS Trading USA, Inc.	20	100,00%	17.810	(3.348)	(1.561)
JBS Confinamento Ltda.	415.001	100,00%	415.001	391.466	(8.870)
Inalca JBS S.p.A	280.000	50,00%	674.128	928.188	24.492
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	0,001	100,00%	1.242.702	1.298.612	79.174
JBS Italia S.R.L.	0,1	100,00%	24	24	-
Subsidiárias Incorporadas ⁽²⁾					
Bertin Holding GMBH	96	100,00%	77	182.483	4.973
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	792	60,00%	792	4.912	(181)
Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor S.A.	165.447	99,54%	104.031	193.308	14.215
Cascavel Couros Ltda	265.127	100,00%	240.861	290.879	5.790
Bertin USA Corporation	-	100,00%	-	44.242	262
Biolins Energia S.A.	10.672	100,00%	43.727	43.678	(49)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Saldo em 31.12.2009	Adição (Baixa)	Variação Cambial	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.03.2010
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	34.581	-	-	-	(554)	34.027
JBS Global Investments S.A.	66.037	-	1.509	(289)	24.290	91.547
JBS Holding Internacional S.A.	402.886	-	-	1.348	(41.045)	363.189
JBS Global A/S (Dinamarca)	143.657	313.414	(16.933)	(2.797)	4.607	441.948
Mouran Alimentos Ltda.	(19.486)	-	-	-	(1.042)	(20.528)
JBS USA, Inc.	4.122.234	2.482.743	(1.139)	36.455	97.187	6.737.480
JBS Trading USA, Inc.	(1.766)	-	(40)	19	(1.561)	(3.348)
JBS Confinamento Ltda.	56.677	350.000	-	(6.341)	(8.870)	391.466
Inalca JBS S.p.A	463.011	-	(18.416)	7.253	12.246	464.094
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	1.251.415	-	(49.776)	17.799	79.174	1.298.612
JBS Italia S.R.L.	-	24	-	-	-	24
Subsidiárias Incorporadas (2)						
Bertin Holding GMBH	142.582	29.754	5.159	-	4.988	182.483
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	3.056	-	-	-	(140)	2.916
Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor S.A.	177.927	-	345	-	14.150	192.422
Cascavel Couros Ltda	283.847	-	-	1.243	5.790	290.880
Bertin USA Corporation	43.154	-	740	-	348	44.242
Biolins Energia S.A.	43.727	-	-	-	(299)	43.428
Transf. para Outros passivos circulantes	21.252	-	-	-	-	23.876
Total	7.234.791	3.175.935	(78.551)	54.690	189.269	10.578.758

(2) - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidênciação aos usuários das informações, foram destacadas.

(i) - Conforme definido no CPC 2, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

13 Imobilizado

Taxas anuais de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido			
				31.03.10	31.12.09	1.01.09	
Imóveis	3 a 20%	2.509.167	116.742	(152.973)	2.472.936	2.385.975	486.669
Terra nua e terrenos	-	938.826	9.352	-	948.178	1.262.583	116.821
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	2.967.832	44.705	(313.575)	2.698.962	2.495.004	285.314
Instalações	10%	797.953	21.815	(67.642)	752.126	697.255	93.020
Equipamentos de informática	20 a 100%	60.162	754	(32.220)	28.696	26.338	7.963
Veículos	14 a 50%	414.945	195	(155.764)	259.376	262.679	41.374
Obras em andamento	-	143.258	-	-	143.258	446.176	773.921
Outros	10 a 100%	47.100	3.866	(20.714)	30.252	26.757	14.644
		7.879.243	197.429	(742.888)	7.333.784	7.602.767	1.819.726

Movimentação do ativo imobilizado

31.12.09	Adoção inicial CPC	Adições	Baixas (3)	Depreciação	31.03.10
7.602.767	3.728	163.991	(363.018)	(73.684)	7.333.784

(3) - R\$ 350 milhões referem-se a capitalização da fazenda Planura da controladora na JBS Confinamento, conforme nota 12.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de março de 2010, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 197.429 a reserva de reavaliação é de R\$ 110.922 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 52.569. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 33.938

Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Decorrente da momentânea paralisação das atividades da subsidiária indireta Beef Snacks, a Administração contratou empresa especializada, SETAPE - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., para avaliação do valor líquido de venda, com base em avaliação a mercado dos bens, deduzidos dos possíveis custos de transação para os terrenos, edificações, máquinas e equipamentos que compõe a estrutura fabril da Empresa, sendo que foi identificada uma necessidade de constituição de provisão para desvalorização desses ativos, quando avaliados pelo seu "valor líquido de venda", no montante de R\$ 1.198, registrados no resultado da Beef Snacks de 31 de dezembro de 2009, na conta de outras receitas e despesas operacionais. Devido ao fato dessa investida indireta ser parte de uma joint venture, onde a Companhia participa em 50% do capital da empresa, apenas esse percentual do impairment é reconhecido nas demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. Sendo que, atualmente todas às vidas úteis dos ativos imobilizados foram devidamente revisadas e aplicadas a partir de 1 de janeiro de 2010.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo CPC 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2009, encontram-se apresentados abaixo:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Imobilizado em andamento	139.528	424.035	759.028
(+) custos de empréstimos capitalizados	3.730	22.141	14.893
	143.258	446.176	773.921

14 Intangível

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Ágio	10.831.493	11.108.844	949.615
Marcas e patentes	452.574	184.615	9.615
Softwares	5.963	6.165	-
	11.290.030	11.299.624	959.230

Movimentação do ativo intangível

	31.12.09	Adição	Amortização ⁽⁴⁾	Variação cambial	31.03.10
	11.299.624	559	(761)	(9.392)	11.290.030

⁽⁴⁾ - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

Ágio
Na Companhia

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 877.609, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.656.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Em janeiro de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da JBS Trading USA, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 21.725, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram, não superior a 10 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 6.035.

Em março de 2008 a Companhia adquiriu 50% do capital social da Inalca S.p.A., a qual passou a se chamar Inalca JBS, tendo apurado um ágio de EUR 94.181 mil que corresponde em 31 de março de 2010 a R\$ 226.750 fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o CPC 15 - Combinações de negócios, foi alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Na Companhia - Decorrente da incorporação da Bertin

Ágio aquisição da Bertin USA Corporation	13.183
Ágio aquisição da Novaprom Foods Ingredients	12.000
Ágio aquisição das ações da Vigor	798.503
Ágio aquisição da Phitoderm	4.044
Ágio aquisição da Goult Participações	48.598
Ágio aquisição das ações da Leco	13.846
	890.174

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o CPC 15. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis brasileiras - CPC 01.

15 Fornecedores

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Commodities - Compra de gado	45.797	149.351	313.316
Materiais e serviços	398.360	444.625	70.586
Produtos acabados	41.993	311.794	2.024
Ajuste a valor presente	-	-	(1.947)
	486.150	905.770	383.979

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31.03.10	31.12.09	1.01.09
FINAME	TJLP e juros de 2,75% a 2,88%	329.258	330.159	231.700
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,73%	511	563	-
FINAME	Juros de 7,00% a 10,08%	22.518	24.465	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	36.951	426.675	-
FINEM	BNDES e juros de 2,90%	21.117	22.588	-
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	559	974	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 7,20%	1.701.726	1.499.167	591.990
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 3,10%	122.991	185.136	177.407
EXIM - fomento à exportação	Juros de 9,15% a 18,27%	382.410	326.678	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	491.906	485.439	651.713
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	15.430	14.976	51.113
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,00%	1.532.795	1.514.128	516.838
144-A	Variação cambial e juros de 10,25% a 10,50%	542.715	545.670	731.569
NCE/COMPROR	CDI e juros de 2,0%	1.665.841	1.510.450	1.533.704
Empréstimo no Exterior	Variação cambial e juros de 10,25%	654.586	624.342	-
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	63.619	87.370	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	2.318	2.470	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	33.415	34.670	-
Capital de Giro Agrícola	TR e Juros de 10,50%	77.604	75.686	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	203.029	212.425	-
Capital de Giro Moeda Estrangeira	Variação cambial e juros de 4,50%	50.813	117.498	-
Nota de Credito - Exportação	Juros de 124,50% do CDI	1.140.822	1.195.328	-
Outros		555	556	-
		9.093.489	9.237.413	4.486.034
Desmembramento:				
Passivo circulante		4.634.021	3.926.390	1.494.690
Passivo não circulante		4.459.468	5.311.023	2.991.344
		9.093.489	9.237.413	4.486.034

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:

2010	-	-	636.327
2011	1.214.290	2.482.552	1.122.953
2012	1.028.435	922.847	298.308
2013	714.024	528.826	232.656
2014	239.829	187.092	-
2015	79.507	32.559	-
2016	1.165.861	1.139.869	701.100
2017	6.984	6.862	-
2018	6.565	6.443	-
2019	3.973	3.973	-
	4.459.468	5.311.023	2.991.344

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia e pela incorporada Bertin e representam US\$ 955.489 em 31 de março de 2010 (US\$ 860.996 em 31 de dezembro de 2009 e US\$ 253.312 em 1 de janeiro de 2009), destinados a financiamento das operações de exportações.

EURO BONDS - Em 26 de janeiro e 8 de fevereiro de 2006, a Companhia efetuou uma captação de US\$ 200 milhões, com uma subsequente reabertura de US\$ 75 milhões, totalizando US\$ 275 milhões, por meio de Euro Bonds, com prazo de cinco anos para pagamento e cupom de 9,375% ao ano. A operação está garantida pela Companhia e por sua controladora indireta, J&F Participações S.A, como avalistas.

144-A – Refere-se a duas operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia a operação realizada em 28 de julho de 2006, no montante de US\$ 300 milhões, com cupom de 10,5% a.a., garantida por aval da própria Companhia; e, incorporada Bertin em 13 de outubro de 2006, no montante de US\$ 350 milhões, com cupom de 10,25% a.a., sem garantia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

17 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Notas 2011 – JBS S.A. - Em 6 de fevereiro de 2006 a Companhia emitiu as Notas 2011, com vencimento em fevereiro de 2011, no valor de US\$ 275 milhões. As Notas 2011 são garantidas pela J&F, pela Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e pela JBS Agropecuária Ltda. A taxa de juros aplicável às Notas 2011 é de 9,375% calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a contar de 7 de maio de 2006. O valor do principal das Notas 2011 deverá ser integralmente pago em 7 de fevereiro de 2011.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2011 contém compromissos restritivos de que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2011.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2011 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2011 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Além disso, de acordo com as Notas 2011 a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011, mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2011 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Oferta de Recompra. Em dezembro de 2009, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011, no valor total de aproximadamente US\$ 2.4 milhões. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011, que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação do Bertin S.A. pela Companhia.

Notas 2014 – JBS USA, LLC e JBS USA Finance com garantia da JBS S.A. - As subsidiárias integrais, JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. emitiram as Notas 2014 no valor principal total de US\$700 milhões em 27 de abril de 2009. As Notas 2014 são garantidas pela Companhia, pela JBS USA, JBS Hungary Holdings Kft. (uma subsidiária integral indireta da Companhia) e certas subsidiárias restritas norte-americanas. Os juros sobre as Notas 2014 são de 11,625%, ao ano, pagos semestralmente em 1 de maio e 1 de novembro de cada ano, com início em 1 de novembro de 2009. O valor principal das Notas 2014 será devido integralmente em 1 de maio de 2014.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2014 contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da JBS USA e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2014.

Índice Dívida Líquida/EBITDA pro forma JBS USA, LLC. Além disso, as Notas 2014 incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014, de incorrer em qualquer dívida ou emitir ações (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data de contratação da dívida e destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0. Os emissores das Notas 2014 foram as subsidiárias integrais JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc.

O cálculo do índice de dívida líquida/EBITDA é feito com base no índice de dívida líquida/EBITDA da JBS USA, LLC e suas subsidiárias restritas, conforme definidas nos termos da escritura de emissão, e não incluem a JBS USA.

Os termos e condições das Notas 2014 definem diversas restrições as quais devem ser melhor observadas no respectivo contrato.

Para o propósito da restrição contratual, o Lucro (prejuízo) líquido consolidado é ajustado para excluir, dentre outras coisas, (1) lucros das subsidiárias restritas, na medida em que o pagamento de dividendos ou distribuições similares pelas subsidiárias restritas não são permitidas por lei ou por qualquer contrato a qual as subsidiárias restritas sejam partes, (2) lucro de qualquer empresa na qual a JBS USA, LLC, tenha participação em conjunto, salvo os casos de dividendos e outras distribuições efetivamente pagas para a JBS USA, LLC ou uma de suas subsidiárias integrais consideradas como subsidiárias restritas, e (3) determinados itens que não sejam em espécie e não sejam recorrentes.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2014 à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2014.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, com início em 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Garantias - A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações financeiras mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA e suas subsidiárias, JBS USA Holdings, Inc., JBS USA, LLC, Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe que limitam nossa capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 do Bertin - O Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 do Bertin, no valor principal total de US\$ 350 milhões, em 09 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 do Bertin S.A. são de 10,25%, ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 do Bertin S.A. será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice, e caso tal operação não seja excepcionada pela escritura das Notas 2016 do Bertin;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 do Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 do Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 do Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 do Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2016 do Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 do Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 do Bertin à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 do Bertin S.A.

Em 24 de novembro de 2009, o Bertin iniciou um processo de "consente solicitation" junto aos detentores das Notas 2016 do Bertin para, entre outras finalidades, (i) igualar a forma de certas cláusulas da escritura das Notas 2016 do Bertin, especialmente aquelas relativas à covenants e events of default, às disposições da Notas 2016 da Companhia; e (ii) excepcionar a mudança de controle do Bertin, em decorrência da incorporação do Bertin pela Companhia, das hipóteses de configuração de uma mudança de controle, no âmbito das Notas 2016 do Bertin.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo devidos pela JBS USA Holdings, Inc. a uma subsidiária da JBS S.A. - Em 29 de março de 2009, a JBS USA devia um total de US\$658,6 milhões por vários empréstimos entre empresas do mesmo grupo da Companhia, doravante designada JBS HU Liquidity Management LLC (Hungria), subsidiária integral indireta da Companhia. O produto desses empréstimos entre empresas do mesmo grupo foi destinado ao custeio das operações da JBS USA e à Aquisição da Tasman e à Aquisição da JBS Packerland. Em 27 de abril de 2009, os contratos de empréstimo entre empresas do mesmo grupo foram consolidados em um único contrato de empréstimo e as datas de vencimento do valor principal dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo foram prorrogadas para 18 de abril de 2019, e a taxa de juros foi alterada para 12% ao ano.

O produto líquido da oferta e venda das Notas 2014 (menos US\$100 milhões) foi aplicado na amortização de juros acumulados e de parcela do principal sobre esses empréstimos entre empresas do mesmo grupo. Além disso, a JBS USA firmou um contrato de empréstimo a prazo entre empresas do mesmo grupo no valor principal total de US\$6 milhões nos mesmos termos do contrato de empréstimo entre empresas do mesmo grupo consolidado.

18 Debêntures conversíveis

A Companhia recebeu no dia 22 de dezembro de 2009 correspondência da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, comunicando a aprovação da realização de investimento mediante subscrição de debêntures subordinadas, conversíveis em ações e com cláusula de permuta da primeira emissão privada da Companhia, a ser realizada em série única.

A assinatura do Acordo de Investimento pela Companhia foi aprovada por seu Conselho de Administração em deliberação tomada em 7 de dezembro de 2009.

Os recursos foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de concluir a operação refletida no Stock Purchase Agreement pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da PPC, e reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com a Bertin.

A Companhia emitiu no dia 28 de dezembro de 2009 a quantidade de 2.000.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.739,80. O valor total das debêntures é de R\$ 3.479.600, sendo os custos inerentes a transação de R\$ 17.398, não existindo prêmios neste processo de captação, equivalentes na data da emissão das debêntures a US\$ 2 bilhões de acordo com a respectiva escritura de emissão. As 2.000.000 debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA, ou mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, caso essa não realize o evento de liquidez.

Evento de liquidez significa cumulativamente a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, em montante mínimo equivalente a US\$ 1,5 bilhões com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de follow-on, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (reporting company) na Securities and Exchange Commission, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha free float mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% e (d) que o capital social da JBS USA, na data do evento de liquidez, seja composto de ações de uma só espécie e classe, observado que será permitida a emissão de classes de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados após o evento de liquidez.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

O Evento de Liquidez deve ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sob pena de realização mandatória da conversão em ações das debêntures. Todavia, a Companhia poderá, até 5 dias antes da data limite, notificar o agente fiduciário de que pretende prorrogar a data limite até 31 de dezembro de 2011, caso em que deverá pagar, na data da notificação e em moeda corrente nacional, aos debenturistas, um prêmio no valor de 15% sobre o valor nominal unitário da totalidade das Debêntures então em circulação.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 anos, contados da data de emissão, vencendo-se as mesmas, portanto, em 28 de dezembro de 2069.

Tendo em vista o encerramento do prazo final de rateio de sobras na emissão das debêntures, a Companhia comunicou no dia 19 de fevereiro de 2010, com base em informações fornecidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das debêntures da Companhia, que foram subscritas a totalidade das debêntures emitidas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2009.

Cada uma das debêntures será, única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, convertida em ações de emissão da Companhia: (i) no caso de não-verificação do Evento de Liquidez no prazo estabelecido na escritura, (ii) no caso de não verificação de certos requisitos descritos na escritura, ou (iii) nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na escritura. A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia nas quais as debêntures serão convertidas decorre da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10% (dez por cento); e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação ("JBSS3") nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das debêntures, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por ação e um teto de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por ação ("Conversão em Ações").

O Evento de Liquidez deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sendo que a Companhia poderá prorrogar tal prazo até 31 de dezembro de 2011, sujeito ao pagamento de um prêmio de prorrogação no valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor nominal unitário da totalidade das debêntures então em circulação. Caso não ocorra o Evento de Liquidez até a data limite e a Companhia não tenha pago o prêmio de prorrogação, as debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2011. Por sua vez, caso tenha havido prorrogação da data limite ao Evento de Liquidez não tenha ocorrido até 31 de janeiro de 2011, as debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2012.

Durante a vigência deste Acordo de Acionistas, e enquanto continuar sendo um Acionista Elegível, o acionista BNDESPAR terá direito a se manifestar previamente sobre qualquer das matérias abaixo (cada uma de tais matérias, um "Item de Aprovação"):

(i) contratação pela Companhia e/ou por qualquer das suas Controladas, de qualquer endividamento (exceto com relação ao refinanciamento de endividamento ou obrigação já existente, ou dívidas entre empresas do mesmo grupo que não afetem o Limite Máximo de Endividamento), que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral intermediária ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma, seja superior a 5,5 ("Limite Máximo de Endividamento");

(ii) distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em qualquer caso pela Companhia, que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma e após dar efeito a tal distribuição, seja superior a 4,0 ("Limite Gerencial de Endividamento");

(iii) redução do capital social da JBS, da JBS USA e/ou de qualquer de suas respectivas Controladas, que, se efetivada, e após dar efeito a tal redução, faria com que fosse ultrapassado o Limite Gerencial de Endividamento. Ficam excetuadas dessa restrição as Controladas cujo capital social seja, direta ou indiretamente, detido pela JBS em percentual igual ou superior a 99% ("Controladas Isentas");

(iv) propositura de plano de recuperação extrajudicial, requerimento de recuperação judicial ou de falência pela JBS ou pela JBS USA;

(v) liquidação ou dissolução da Companhia, da JBS USA ou de qualquer de suas Controladas (exceto as Controladas Isentas);

(vi) redução do dividendo obrigatório da Companhia;

(vii) alteração do artigo 33 do estatuto social da JBS, de forma que o Conselho Fiscal passe a funcionar de modo não-permanente ou qualquer alteração do estatuto social da JBS referente ao objeto social (que tenha por objetivo mudança substancial nos negócios desenvolvidos pela JBS), ou outras alterações que entrem em conflito com quaisquer disposições deste Acordo de Acionistas;

(viii) transformação, fusão, cisão, incorporação, inclusive de ações, ou quaisquer outros atos de reorganização societária envolvendo a JBS, a JBS USA e suas Controladas (exceto (a) operações entre Controladas Isentas, ou (b) em operações entre (i) a JBS ou a JBS USA e (ii) quaisquer de suas Controladas Isentas), inclusive através da realização de permuta, de dação em pagamento mediante a utilização de ações ou de cessão de direitos de subscrição de ações;

(ix) qualquer operação entre a JBS e/ou suas Controladas, de um lado, e quaisquer partes relacionadas a JBS, de outro lado, em montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por período de 12 (doze) meses, em conjunto ou individualmente consideradas;

(x) alienação ou oneração, pela JBS e/ou suas Controladas, de bens do ativo não circulante que, isolada ou cumulativamente, tenham, em período de 12 (doze) meses, valor superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia (coluna 'controladora', ou seja, nãoconsolidado), apurado com base no mais recente ITR ou DFP;

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

(xi) aprovação do orçamento anual da JBS e/ou de suas Controladas caso este preveja aumento da relação entre Dívida Líquida e o EBITDA para valor superior ao Limite Gerencial de Endividamento;

(xii) investimentos de capital, em conjunto ou individualmente considerados, não contemplados no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, se realizados, ultrapassariam o Limite Gerencial de Endividamento;

(xiii) (A) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou da JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBOVESPA; ou ainda (B) a criação de espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais);

(xiv) qualquer operação de aquisição pela JBS ou por suas Controladas de (a) participações societárias que seriam consideradas investimentos relevantes para a JBS (mesmo que adquiridas por qualquer Controlada), conforme definidos na legislação aplicável, não contemplada no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da JBS ou (b) itens do ativo não circulante, que, se realizada, ultrapassaria o Limite Gerencial de Endividamento; e

(xv) constituição de ônus reais ou prestação de garantias pela JBS e/ou qualquer de suas Controladas para garantir obrigações de terceiros, exceto obrigações da JBS e/ou de qualquer de suas Controladas, em valor individual inferior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

19 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Salários e encargos sociais	72.316	65.564	23.240
Provisões para férias e encargos	100.252	81.650	28.590
Imposto de renda a recolher	5.859	2.715	-
Contribuição social a recolher	2.126	1.059	-
ICMS / VAT a recolher	15.468	15.899	3.088
PIS e COFINS a recolher	3.942	27.257	-
Outros	88.520	92.938	7.804
	288.483	287.082	62.722

20 Dividendos declarados

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Dividendos declarados	61.477	122.953	51.127
	61.477	122.953	51.127

A Companhia, considerando que tem gerado EBITDA positivo, deliberou que para o cômputo dos dividendos sejam excluídos permanentemente o valor da amortização do ágio apurado na aquisição dos investimentos efetuados na JBS USA e SB Holdings incluídas no resultado até 31 de dezembro de 2008, o qual a partir de 1 de janeiro de 2009 já deixou de ser amortizado, em atendimento às normas atualmente vigentes.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia declarou dividendos no montante de R\$ 122.953, representativos de 100% do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Após Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 30 de abril de 2010, foi deliberada a distribuição de dividendos referente ao exercício findo naquela data no montante de R\$ 61.477.

21 Contingências

A Companhia é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2009, estão assim representadas:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Trabalhistas	41.240	40.579	5.799
Cíveis	4.229	4.229	15.663
Fiscais e previdenciários	79.961	165.280	26.782
Total	125.430	210.088	48.244

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Processos fiscais e previdenciários**a) ICMS**

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 185.506 em 31 de março de 2010. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas.

As ações judiciais suspenderam as exigências do Estado de São Paulo. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, razão pela qual constituiu provisão no montante de R\$ 2.115.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, e constituiu provisão no montante de R\$ 4.185.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R\$ 69.200, e de 2003 até 2006, no montante de R\$ 198.800, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 268.000.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a legalidade e aplicabilidade dessa tributação fica bastante reduzida, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência.

c) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 148 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 20.866, em 31 de março de 2010.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2010, a Companhia era parte em 2.764 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 206.485. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 23.410 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Processos cíveis**a) Imóvel em Araputanga**

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é remoto e o provisionou em R\$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de março de 2010 é de R\$ 1.275.

Outros processos

Em 31 de março de 2010, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 55.142, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao CPC 25.

22 Débito com terceiros para investimentos

No passivo circulante na incorporada Bertin o montante de R\$ 304.378 em 31 de março de 2010 (R\$ 427.523 em 31 de dezembro de 2009 refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos, com quitação no decorrer do exercício de 2010. Os investimentos adquiridos são i) Planta Pimenta Bueno (R\$ 14.241), ii) Gould Participações Ltda., referente a aquisição do Grupo Vigor, adquirido em 2007 (R\$ 250.137) e iii) Cia. Araguaia Eletricidade (R\$ 40.000).

No passivo não circulante, na Companhia, refere-se ao valor de 65 milhões de Euros, correspondente em 31 de março de 2010 a R\$ 156.494 (R\$ 162.976 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 210.480 em 01 de janeiro de 2009) a ser acrescido ao preço de compra da Inalca JBS, realizada pela Companhia em 2007, caso a empresa atinja pelo menos um dos seguintes objetivos econômicos: EBITDA médio nos anos de 2008, 2009 e 2010, igual ou superior a 75 milhões de Euros ou, alternativamente, EBITDA igual ou superior a 90 milhões de Euros no exercício de 2010. Caso nenhum dos objetivos econômicos sejam atingidos, esse débito será revertido contra o valor do ágio apurado quando da aquisição.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

23 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da Companhia

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Resultado contábil antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	98.290	(332.961)
Adições (exclusões) líquidas:		
Diferenças permanentes (substancialmente equivalência patrimonial)	(476.581)	(14.830)
Diferenças temporárias	976	27.979
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(377.315)	(319.812)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação	737	764
	737	764
Diferenças temporárias	(976)	(27.979)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(332)	9.513

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

	31.03.10	31.12.09	01.01.09
Ativo:			
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	30.688	30.357	22.626
	30.688	30.357	22.626
Passivo:			
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	372.569	375.061	83.453
	372.569	375.061	83.453

A Companhia e suas controladas apresentam histórico de geração de lucros tributáveis futuros e estimam recuperar os créditos tributários num prazo de até oito anos em função da expectativa de desfecho das causas geradoras das contingências.

A Companhia estima realizar o montante correspondente ao seu ativo fiscal diferido, conforme abaixo:

	31.03.10
Exercício 2010	13.602
Exercício 2011	6.181
Exercício 2012	2.194
Exercício 2013	2.194
Exercício 2014	2.194
Exercício 2015 a 2017	3.064
Exercício 2018 a 2020	1.259
Total	30.688

O critério para utilização dos prejuízos fiscais na compensação de lucros tributáveis, obedece aos limites da legislação tributária pertinente, limitado no Brasil a 30% da base de cálculo positiva do imposto de renda e da contribuição social.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

24 Patrimônio líquido
a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2010, é representado por 2.367.471.476 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra e) abaixo, 43.990.100 ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 3.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços as empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de lucros
Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração da Companhia, baseado no que dispõe o seu Estatuto Social, autorizou a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

Em 31 de março de 2010 era de 43.990.100 ações em tesouraria, a um custo médio de R\$ 6,17, sendo que os preços mínimos e máximos de aquisição eram de R\$ 2,68 e R\$ 10,81, respectivamente (Em 31 de dezembro de 2009 os valores eram os mesmos), não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas. Do montante de 43.990.100 ações em tesouraria em 31 de março de 2010, 9.763.900 ações foram adquiridas durante o exercício de 2009, sendo que essas estavam suportadas pela aprovação do Conselho de Administração, conforme ata do dia 29 de dezembro de 2008, aprovando a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria. Durante o exercício de 2010 não houve recompra de ações.

O valor de mercado conforme negociação na data de 31 de março de 2010 era de R\$ 7,95 (Em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 9,32).

25 Receita operacional líquida

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos		
Mercado interno	1.792.105	871.471
Mercado externo	948.367	417.719
	2.740.472	1.289.190
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(84.110)	(68.179)
Impostos sobre as vendas	(156.204)	(96.608)
	(240.314)	(164.787)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.500.158	1.124.403

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

26 Resultado financeiro líquido

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(143.933)	(123.567)
Resultado financeiro com derivativos	(63.922)	(181.006)
Juros Passivos	(201.760)	(114.964)
Juros Ativos	73.087	13.871
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(22.468)	(1.940)
	(358.996)	(407.606)

27 Demonstração do resultado abrangente

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	99.359	(322.684)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	1.952	2.244
Ajuste acumulado de conversão em controladas	38.581	(39.402)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(87.944)	(35.441)
Total do resultado abrangente do período	51.948	(395.283)
Total do resultado abrangente do período atribuível a:		
Acionistas da Companhia	43.086	(396.429)
Não controladores	8.862	1.146
	51.948	(395.283)

28 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados e divulgados de modo destacado nas demonstrações financeiras interinas.

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Companhia realizou, respectivamente, operações de emissão de Debêntures e de Oferta Pública de Ações - OPA. No entanto, para a efetivação destas operações a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Debêntures

Para a realização da operação de emissão de Debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 17.388, os quais estão classificados como redutor do valor justo das Debêntures inicialmente reconhecido no montante de R\$ 3.479.600, evidenciando assim, o valor líquido recebido no montante de R\$ 3.462.212.

As Debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian depository receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA quando da abertura do capital desta empresa (IPO), neste momento, os custos financeiros que suportaram a emissão das debêntures serão reclassificados para o resultado do exercício. Caso não se realize o Evento de Liquidez as debêntures serão conversíveis mandatoriamente em ações de emissão da Companhia. Deste modo, os custos financeiros serão contabilizados diretamente em conta redutora do Capital Social.

De acordo com o CPC 38, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia devem ser apresentados por seus valores justos. Deste modo, por se tratar de uma operação particular de Debênture, o valor de face expresso nas Debêntures correspondem ao valor justo da operação, não sendo necessária à realização de quaisquer ajustes relativos a variação entre os valores de face e justo.

b) Oferta Pública de Ações - OPA

Em 31 de março de 2010, a Companhia havia incorrido em R\$ 748 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida em conta transitória do ativo como pagamento antecipado. Tão logo seja concluído o processo de captação dos recursos, haverá a reclassificação destes valores para conta redutora destacada do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

29 Segmentos operacionais

A Companhia, por ser o principal tomador de decisões nas operações de suas controladas diretas e indiretas e, considerando as determinações apresentadas no CPC 22 – Informações por Segmento, optou por apresentar as informações dos segmentos operacionais consolidadas com suas controladas.

A administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália), América Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e Itália.

Embora o segmento de carnes suínas não atenda aos limites quantitativos exigidos pelo CPC 22, a administração concluiu que esse segmento deve ser apresentado, uma vez que ele é monitorado pela Diretoria-Executiva como um segmento com potencial de crescimento e que deve contribuir, futuramente, de forma significativa para a receita do Grupo.

O segmento de carne bovina explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com vinte seis unidades industriais localizadas nos Estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná. Ademais, há unidades produtivas nos Estados Unidos da América da América, Itália, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América e Austrália.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América e México, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

O segmento de carne suína abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "Outros". Adicionalmente, todas as eliminações de operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio – EBITDA.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva e correspondente ao período de 31 de março de 2010 e 2009, são as seguintes:

29.1 - Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	8.325.381	8.132.258
Carne Suína	1.164.121	1.229.713
Carne de Frango	2.944.813	-
Outros	115.970	(94.044)
Total	12.550.285	9.267.927

29.2 - Depreciação apresentada por linha de produto:

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	144.818	74.773
Carne Suína	12.909	8.759
Carne de Frango	153.980	-
Outros	7.227	244
Total	318.934	83.776

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

29.3 - EBITDA apresentado por linha de produto:

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
EBITDA		
Carne Bovina	671.334	245.004
Carne Suína	72.195	17.473
Carne de Frango	110.328	-
Outros	8.104	(50.935)
Total	861.961	211.542

29.4 - Receitas apresentadas por área geográfica:

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	9.227.369	7.387.752
América do Sul	2.957.910	1.333.686
Itália	374.594	433.811
Outros	(9.588)	112.678
Total	12.550.285	9.267.927

29.5 - EBITDA apresentado por área geográfica:

	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
EBITDA		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	472.963	140.767
América do Sul	352.577	59.485
Itália	27.281	17.266
Outros	9.140	(5.976)
Total	861.961	211.542

29.6 - Total de ativos por segmento:

	31.03.10	31.12.09
Total de ativos		
Carne Bovina	35.422.534	37.909.327
Carne Suína	840.486	813.130
Carne de Frango	6.607.827	5.975.503
Total	42.870.847	44.697.960

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

Classificação por natureza	Trimestre findo em 31 de março de	
	2010	2009
Depreciação e amortização	(74.445)	(21.871)
Despesas com pessoal	(281.357)	(123.195)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(547.231)	(277.148)
Impostos, taxas e contribuições	(222.159)	(47.266)
Remuneração de capitais de terceiros	(758.422)	(508.688)
Outras despesas	(518.254)	(479.196)
	(2.401.868)	(1.457.364)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Classificação por função	2010	2009
Custo dos produtos vendidos	(1.973.049)	(911.199)
Despesas com vendas	(192.274)	(114.355)
Despesas gerais e administrativas	(60.963)	(40.651)
Resultado financeiro líquido	(358.996)	(407.606)
Resultado de equivalência patrimonial	189.269	16.015
Outras receitas e despesas operacionais	(5.855)	432
	(2.401.868)	(1.457.364)

31 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2010 o limite máximo individual de cobertura era R\$ 99.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a incorporada Bertin, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2010 de R\$ 200.000.

32 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e preços de commodities e risco de liquidez e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê Financeiro e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia busca, através da gestão de riscos, mitigar a exposição econômica e contábil de suas operações das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de commodities (gado). As estratégias utilizadas vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em Bolsa de Valores.

c) Discricionariedade da Tesouraria

Uma vez identificadas as exposições da Companhia, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

d) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado pela Companhia através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em Bolsa de Valores. Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%. Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados dos ajustes diários de posição de contratos futuros na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

A Companhia está exposta, inclusive, à flutuação da taxa LIBOR, uma vez que possui custo de empréstimos atrelados a esta taxa, todavia, por estratégia da Administração, não contratam derivativos para cobrir este risco, porque uma possível oscilação desta taxa não impactaria significativamente o fluxo de caixa. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2010 está a seguir apresentado:

Exposição à taxa CDI:	31.03.10	31.12.09	1.01.09
NCE / Compropr / Outros	2.822.093	2.720.754	1.584.817
CDB-DI	(622.777)	(367.757)	(1.147.326)
Fundos de investimentos	(170.226)	(16.417)	(139.215)
Subtotal	2.029.090	2.336.580	298.276

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Exposição à taxa LIBOR/EURIBOR:

ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	1.701.726	1.499.167	591.990
Pré-pagamento	1.532.795	1.514.128	516.838
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	63.619	87.370	-
Subtotal	3.298.140	3.100.665	1.108.828

Exposição à taxa TJLP:

FINAME / FINEM	410.355	804.450	231.700
EXIM - fomento à exportação	122.991	185.136	177.407
Subtotal	533.346	989.586	409.107

TOTAL

31.03.10	31.12.09	1.01.09
5.860.576	6.426.831	1.816.211

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de taxa de juros da Companhia

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocial R\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do exercício - 1º trimestre de 2010
Contratos futuros (BM&F)	Julho de 2011 a Julho de 2012	DI	R\$	BM&F	280.788	113	(1.394)

e) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia e suas controladas, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio em bolsas de mercadorias e futuros e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados na moeda funcional contra suas obrigações não denominadas na moeda funcional, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente e os ajustes diários de posição de contratos futuros de moeda na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado do período findo em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1 de janeiro de 2009:

EXPOSIÇÃO	31.03.10	31.12.09	01.01.09	Efeitos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010	
				Varição cambial	Derivativos
OPERACIONAL					
Contas a Receber - US\$ / € / £	799.264	570.712	321.068	(22.188)	31.832
Investimentos - US\$ / €	9.620.271	6.633.210	3.735.690	-	-
Estoque destinado à exportação - @ boi	44.599	40.585	53.960	-	-
Subtotal	10.464.134	7.244.507	4.110.718	(22.188)	31.832
FINANCEIRO					
Transações com partes relacionadas - US\$ / €	(2.002.126)	(1.039.543)	1.550.774	(17.525)	
Empréstimos e financiamentos - US\$	(5.038.160)	(4.873.614)	(2.492.110)	(106.654)	
Importações a pagar - US\$	(14.596)	(4.485)	(4.816)	56	(73.479)
Valores a receber (a pagar) de contratos futuros, líquidos	(51.810)	(24.107)	60.205	-	
Subtotal	(7.106.692)	(5.941.749)	(885.947)	(124.123)	(73.479)
TOTAL	3.357.442	1.302.758	3.224.771	(146.311)	(41.647)

Investimentos - Foi deliberado em reunião do Conselho de Administração a não contratação de instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) para os investimentos em empresas no exterior.

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou aumento das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do Dólar americano, Euro e Libra Esterlina em relação ao Real.

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Contas a Receber - US\$ / € / £	799.264	570.712	321.068
Empréstimos e financiamentos - US\$	(5.038.160)	(4.873.614)	(2.492.110)
Importações a pagar - US\$	(14.596)	(4.485)	(4.816)
	(4.253.492)	(4.307.387)	(2.175.858)
Contratos futuros (BM&F) - Controladora	3.183.528	1.302.755	1.197.192
Swap (balcão - CETIP) - Controladora	178.120	174.120	233.700
	3.361.648	1.476.875	1.430.892
Exposição em moeda estrangeira em R\$	(4.253.492)	(4.307.387)	(2.175.858)
Nocional de proteção	3.361.648	1.476.875	1.430.892
Relação	79%	34%	66%

Efeitos da incorporação do Bertin

A Bertin vinha reduzindo a aplicação de sua política de proteção aos riscos de câmbio, taxas e cotações de arroba de boi, aos quais estava exposta. A Companhia, logo após a incorporação no final de dezembro de 2009, implementou sua política de proteção aos referidos ativos e passivos supra mencionados.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2009, os saldos e exposições incorporados do Bertin impactaram significativamente a relação de exposição da Companhia (34% de índice de cobertura sobre os valores dos riscos cambiais protegidos). Dessa forma, com o intuito de prover informação adicional, este índice de cobertura foi de 84% ao eliminarmos os efeitos desta incorporação em 31 de dezembro de 2009, quanto aos riscos cambiais expostos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco cambial da Companhia:

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nacional US\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do exercício - 1º trimestre de 2010
Swap (balcão - CETIP)	Fevereiro de 2010 à Fevereiro de 2013	US\$ (VC) + 6% a.a.	R\$/CDI (média ponderada de 120% do CDI)	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado	100.000	(22.983)	(1.257)
Contratos futuros (BM&F)	Abril à Maio de 2010	US\$ (VC)	R\$	BM&F	1.976.750	(28.557)	(39.266)

Contabilidade de Hedge

O nocional não é registrado no balanço patrimonial. A Companhia registra, de acordo com a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting), conforme CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, a variação cambial dos pedidos firmes de venda para contrapor os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos adquiridos para proteção dos mesmos.

A Administração da Companhia designou como hedge de valor justo esta proteção dos contratos de vendas firmados com o objetivo de proteger o risco cambial que surge entre a data de contratação e a data de embarque dos produtos transacionados, uma vez que o preço de venda em moeda estrangeira é fixado na data em que se firma o compromisso de venda e compra entre as partes. Para esta cobertura, a Companhia utiliza instrumentos futuros de dólar contratados com a BM&F. No mínimo, a cada preparação de demonstrações financeiras, a Companhia avalia a efetividade destas operações que devem permanecer entre uma faixa de cobertura de 85% a 125% da variação do valor justo do risco protegido, retro e prospectivamente.

EXPOSIÇÃO	31.03.10	31.12.09	1.01.09	Efeitos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010	
				Varição cambial	Derivativos
OPERACIONAL					
Pedidos de venda - US\$ / € / £	388.232	321.390	442.583	(2.378)	2.141
Subtotal	388.232	321.390	442.583	(2.378)	2.141
TOTAL	388.232	321.390	442.583	(2.378)	2.141

A seguir são apresentados os instrumentos derivativos designados como contabilidade de hedge:

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nacional R\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do exercício - 1º trimestre de 2010
Contratos futuros (BM&F)	Abril e Maio de 2010	US\$ (VC)	R\$	BM&F	356.200	2.890	2.141

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos designados como contabilidade de hedge:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Pedidos de venda - US\$ / € / £	388.232	321.390	442.583
	388.232	321.390	442.583
Contratos futuros (BM&F) - Companhia	356.200	348.240	467.400
	356.200	348.240	467.400
Exposição em moeda estrangeira em R\$	388.232	321.390	442.583
Nocional de proteção	356.200	348.240	467.400
Relação	92%	108%	106%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

f) Riscos de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, cujo valor está apresentado na nota 8. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira. Historicamente, não ocorreram perdas relevantes nas contas a receber.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

Para minimizar os riscos de créditos de derivativos contratados, a Companhia adota a estratégia de concentrar essas operações no mercado futuro onde a contraparte são as bolsas de mercadorias e futuros. Por estes instrumentos, as variações do valor justo dos derivativos ocorre pelos ajustes diários, os quais são pagos ou recebidos diariamente em caixa, reduzindo-se o risco de inadimplência na data de vencimento.

g) Riscos de preços na compra de commodities

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de instrumento financeiro futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Em 31 de março de 2010, a Companhia tinha posições abertas de derivativos cobrindo 88% das necessidades previstas até novembro de 2010 de compra de gado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Os parâmetros para redução de risco estão baseados no constante monitoramento das exposições das commodities, considerando valores e prazos negociados, correlacionando-se com o resultado do orçamento do grupo de gestão de risco para o ano. Para estas commodities fundamentais ao negócio, como gado vivo ("Commodities fundamentais"), a perda autorizada de um operador ("Stop loss") será assumida como 25 por cento (25%) do seu resultado orçado para o exercício social corrente anual, calculada utilizando o resultado de 10 dias de operação e, independentemente do resultado acumulado no exercício corrente de cada operador (o "Cálculo Stop Loss"). Cada operador autorizado terá direito a duas "Stop loss" em qualquer período de doze meses.

Durante estas "Stop loss", o operador terá que fechar suas posições e se abster da operação por duas semanas ou um período maior, caso julgado apropriado pelo Comitê Financeiro. No caso de excesso dos 25% de perda autorizada, conforme mencionado anteriormente, este Comitê conversará formalmente com o operador que tenha ultrapassado este limite, julgando se será apropriado conceder uma adicional "Stop loss", revendo os limites de Value-at-risk e margens deste operador ou se o contrato de trabalho será cancelado.

A seguir seguem os ativos, passivos e compromissos firmes totais expostos a riscos de variação de preços de commodities:

EXPOSIÇÃO	31.03.10	31.12.09	1.01.09
OPERACIONAL			
Contratos firmes de compra de boi - R\$	79.621	17.026	43.480
TOTAL	79.621	17.026	43.480

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

h) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vencidas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades + investimentos divididos pela dívida de curto prazo.

Com base na análise desses indicadores, definimos nossa gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que queremos atingir.

Os índices de liquidez está demonstrados abaixo:

	31.03.10	31.12.09	1.01.09
Caixa e equivalentes de caixa	1.145.622	4.097.027	1.522.973
Empréstimos e financiamentos no CP	4.634.021	3.926.390	1.494.690
Indicador de liquidez modificado	0,25	1,04	1,02

A queda no indicador de liquidez modificado foi causada pela necessidade de uso de caixa na reestruturação das operações das empresas adquiridas no final de 2009. O nível de alavancagem da empresa manteve-se em patamares similares.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos, sem considerar o desconto a valor presente do fluxo de caixa contratado:

Em 31 de março de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	486.150	-	-	-	486.150
Empréstimos e financiamentos	4.634.021	2.242.725	1.033.360	1.183.383	9.093.489
Passivos financeiros Derivativos	70.396	-	-	-	70.396
TOTAL	5.190.567	2.242.725	1.033.360	1.183.383	9.650.035
Em 31 de dezembro de 2009	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	905.770	-	-	-	905.770
Empréstimos e financiamentos	3.926.390	2.482.552	1.638.765	1.189.706	9.237.413
Passivos financeiros Derivativos	24.107	-	-	-	24.107
TOTAL	4.856.267	2.482.552	1.638.765	1.189.706	10.167.290
Em 1 de janeiro de 2009	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	383.979	-	-	-	383.979
Empréstimos e financiamentos	1.494.690	1.759.280	530.964	701.100	4.486.034
Passivos financeiros Derivativos	5.741	-	-	-	5.741
TOTAL	1.884.410	1.759.280	530.964	701.100	4.875.754

i) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

j) Margens dadas em garantia

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de março de 2010 é de R\$ 446.755 (R\$ 179.800 em 31 de dezembro de 2009). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

k) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o CPC 40, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos circulantes			
Derivativos	(29.023)	(41.373)	-

Abaixo, demonstramos a comparação dos valores contábeis com os respectivos valores justos:

	31 de março de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(i) Caixa e bancos	352.619	352.619	3.712.853	3.712.853
(iii) Aplicações financeiras	793.003	793.003	384.174	384.174
(iii) Contas a receber de clientes	1.408.648	1.408.648	1.273.377	1.273.377
(i) Derivativos	18.586	18.586	-	-
Ativos financeiros totais	2.572.856	2.572.856	5.370.404	5.370.404
(iii) Fornecedores	486.150	486.150	905.770	905.770
(iii) Empréstimos e financiamentos	9.093.489	9.093.489	9.237.413	9.237.413
(iii) Débitos com empresas ligadas	2.104.188	2.104.188	828.662	828.662
(ii) Debêntures	3.462.212	3.462.212	3.462.212	3.462.212
(i) Derivativos	70.396	70.396	24.107	24.107
Passivos financeiros totais	15.216.435	15.216.435	14.458.164	14.458.164
	(12.643.579)	(12.643.579)	(9.087.760)	(9.087.760)

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros

- (i) Ativo ou Passivo Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
- (ii) Mantidos até o vencimento
- (iii) Empréstimos e recebíveis
- (iv) Disponível para venda

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

I) Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2010, simulamos possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações financeiras interinas consolidadas, representam um cenário provável de impacto no resultado. A seguir seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio

Exposição	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Financeira	Depreciação do R\$	(146.311)	(1.223.953)	(2.447.906)
Operacional	Depreciação do R\$	(22.188)	275.237	550.473
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	(41.917)	945.241	1.890.366
		(210.416)	(3.475)	(7.067)
Premissa	Câmbio	1,7810	2,2263	2,6715

33 Fatos relevantes

Em 11 de março de 2010, a Companhia realizou protocolo junto à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), solicitando a análise prévia do pedido de registro de distribuição pública de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Pública”). A Oferta Pública foi realizada em mercado de balcão não-organizado, no Brasil, nos termos da Instrução da CVM nº 400/03, conforme alterada, e, ainda, com esforços de colocação no exterior, com base em isenções de registro previstas pelo U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado.

A Oferta Pública não foi nem será registrada na Securities and Exchange Commission nem em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil. O pedido de registro da Oferta Pública seguirá os tramites do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471 e no convênio firmado entre a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

34 Eventos subsequentes
Oferta Pública de Ações - OPA

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 200.000.000 (duzentos milhões) de Ações a emitidas pela Companhia (“Oferta”), no Brasil, em 26 de abril de 2010, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.

Em 27 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A., no montante de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), de forma que o capital social passa de R\$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) para R\$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública.

O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras interinas dos trimestres findos em 31 de março 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

35 Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

	2010	2009
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.652.216	1.220.852
Outras receitas	3.707	436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.685)	(751)
	2.652.238	1.220.537
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.517.497)	(775.797)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(291.672)	(180.500)
Outras	-	(310)
	(1.809.169)	(956.607)
Valor adicionado bruto	843.069	263.930
Depreciação e Amortização	(74.445)	(21.871)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	768.624	242.059
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	189.269	16.015
Receitas financeiras	402.607	97.610
Outras	797	781
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.361.297	356.465
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	230.235	109.090
Benefícios	35.964	8.926
FGTS	15.158	5.179
	281.357	123.195
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	90.309	25.903
Estaduais	131.193	21.307
Municipais	657	56
	222.159	47.266
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	742.750	503.524
Aluguéis	5.990	3.611
Outras	9.682	1.553
	758.422	508.688
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do exercício	99.359	(322.684)
	99.359	(322.684)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.361.297	356.465

* * * * *